

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS
Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano XXXII • Abril / Maio / Junho 2023 • Nº 120

DESPACHO FERIDO DE ILEGALIDADES

RETER OU PRENDER?



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS
REUNIÃO DE SARGENTOS
DESPACHO SOBRE INDEMNIZAÇÃO
O QUE FAZER? QUE ACÇÕES TOMAR?
Comparece e Participa!
A tua palavra na análise e discussão desta matéria é importante!

Pág. 3

**Que Passos para o Futuro?
A Luta pelos Direitos!**



Pág. 3

**34º aniversário da ANS,
32º de "O Sargento"**



Pág. 8

Cidadãos e Trabalhadores em Uniforme



Pág. 13



EDITORIAL

Liberdades, Garantias e Missão em Risco!

Uma conhecida comentadora de política e assuntos sociais questionou, no passado dia 18 de Junho, numa crónica publicada num jornal de referência se se “Sabia que os Governos da UE preparam leis que lhes permitam espiar jornalistas?”.

Escreveu ainda que “António Costa está entre os que defendem uma excepção na nova lei europeia dos media que dará aos Estados o poder de controlar as comunicações dos jornalistas e seus interlocutores, incluindo um software-espião”.

Refere ainda esta crónica que isto “É o que consta nas alterações à Lei Europeia da Liberdade de Imprensa. Liberdade de imprensa? [...] Já sabe que na novíngua, verdade é mentira, mais é menos, guerra é paz. Ou seja, uma lei que protegeria esta classe profissional das interferências dos poderes servirá para os esmagar. Para tal, bastou alterar o seu artigo 4 que, outrora, decretava ser explicitamente proibidas quaisquer medidas coercivas contra jornalistas -- para que estes revelassem fontes ou tivessem as suas comunicações monitorizadas.

Agora, depois de uma reunião do Concelho da Europa, o governo francês propôs a perversão desse quarto ponto em nome da segurança nacional. [...] É sempre em nome da segurança. Ou seja, do medo. É sempre espalhando o terror que abocanhando mais e mais direitos, liberdades e garantias. [...] o governo francês propôs, os demais ou aplaudiram ou não objectaram (inclusive o português) e o sueco (que preside a estes trabalhos) logo tratou de alterar o parágrafo. Está feito. E se o jornalismo já estava desmaiado e demasiadas vezes admoestado, o que lhe sobrar? É evidente que se trata de quebrar a espinha ao pouco que resta”.

Coincidentemente, promovida pela Associação Conquistas da Revolução, com o apoio da Universidade Popular do Porto, decorreu no passado dia 29 de Junho, numa iniciativa presencial e via vídeo,

uma interessante e esclarecedora conferência subordinada ao tema “Comunicação Social: Liberdade Condicionada?”.

Mas, voltando à crónica, esta alerta ainda para o facto de que “cresce quer a generalização da monitorização e controlo totalitário de toda a população, quer a destruição das profissões qualificadas (paralelamente à implosão da escola pública)”.

E referindo-se a outras profissões, para além dos jornalistas, a dita crónica apela a que se veja como “... agora o Governo quer que seja a PJ a remover conteúdos online tidos como terroristas, sem passar por um juiz. E quem definirá o que são conteúdos terroristas? Eis mais um ataque aos Estado de Direito como, aliás, apontam a Ordem dos Advogados e a Comissão Nacional de Protecção de Dados. [...] Da mesma forma, atente-se na tentativa de desregular as profissões -- desde a advocacia à psicologia -- destruindo-as. Pessoas a exercer advocacia ou psicologia sem serem advogados ou psicólogos? Leu bem, sim. Ou sublinhe-se como se encurta progressivamente o fosso salarial entre trabalhos qualificados e não qualificados, reduzindo a maioria a lúmpen”.

Nesta perspectiva de desregulamentação das profissões e de como se encurta o fosso salarial entre trabalhos qualificados e não qualificados, é oportuno transcrever algumas das afirmações feitas publicamente pelo General CEMFA, em Bragança, aquando das comemorações do 71º aniversário da FAP, quando refere “efectivo muitíssimo reduzido para garantir formação, manutenção, operação, qualificações, [...] não conseguimos estancar as inúmeras saídas extemporâneas de pessoal qualificadíssimo, que não nos permite olhar para o futuro com segurança e, quem sabe, não cumprir as missões...[...] a Força Aérea não é competitiva face ao mercado de trabalho civil e às forças de segurança. [...] Há que mudar rapidamente este paradigma. O País tem que olhar para esta

situação de frente, com realismo, sem subterfúgios e decidir a Força Aérea que quer [...] Ninguém quer estar constantemente sobrecarregado de funções para cumprir a missão que lhe está acometida, em resultado da redução do efectivo militar... [...] Na maioria das vezes não veem a sua entrega valorizada ou reconhecida...[...] Ninguém quer estar constantemente apartado das suas famílias por largos períodos, comprometendo os seus períodos de descanso em família, e não ver a sua entrega valorizada ou reconhecida... [...] Esta questão deve ser vista pelo Estado como uma clara advertência à segurança... [...] É preciso fazermos muito mais e mais rápido. O tempo joga contra nós. Não há nenhuma instituição que resista à sangria dos seus elementos mais valiosos, ao mesmo tempo que vê acrescentar novas missões às suas já complexas incumbências... [...] É preciso equiparar os vencimentos e suplementos às profissões de referência. Adequar o EMFAR às realidades de hoje, abrindo novas especialidades, abrir em tempo o número adequado de vagas, equiparar a carreira militar às carreiras especiais para que os militares quando transitam para a reforma não vejam o seu vencimento reduzido em 50%...”.

Diz o Povo português na sua secular sabedoria que “vale mais tarde que nunca!”...

Se é certo que o jornal “O Sargento”, órgão oficial da ANS, neste 32º ano da sua nova vida, continuará a ser a voz resistente dos Sargentos de Portugal, não se deixando intimidar com tentativas de condicionar a liberdade de expressão, também é certo que não deixará de denunciar a descaracterização da Condição Militar e as tentativas de desregulamentação dos cargos e funções dos militares Sargentos, seja devido ao reiterado desrespeito pelas leis em vigor, ou mesmo pela publicação de despachos ou directivas que rocem a ilegalidade e a inconstitucionalidade ou que ponham em causa a segurança jurídica e a protecção da confiança! ▲

49º aniversário do 25 de Abril de 1974

Almoço promovido pelas Associações e Clubes Militares

“Liberdade, a nossa maior força”

Realizou-se no passado 22 de Abril, um Sábado, o almoço anual comemorativo do 25 de Abril, Dia da Liberdade, promovido pelas Associações Profissionais de Militares (APM) e pelos Clube do Sargento da Armada (CSA) e Clube de Praças da Armada (CPA).

Este ano, por rotatividade, a entidade coordenadora coube ser a ANS.

Por decisão colectiva das cinco estruturas, foi retomado o contacto com a Câmara Municipal do Seixal, que em 2020 e 2022 já tinha sido feito, com o intuito de obter o apoio para a realização do almoço de 2023, uma vez que nos anos anteriores isso não havia sido possível, por via das restrições impostas pela pandemia. Assim, foi possível organizar, promover e realizar este evento nas instalações da CMSeixal.



Como seria referido mais tarde nas intervenções, é na Liberdade que reside a força dos cidadãos militares, trabalhadores em uniforme; é a Liberdade conquistada com o 25 de Abril a base da nossa luta. Pensar, organizar-se colectivamente, intervir nas realidades social, cultural, profissional, numa forma livre e, por isso mesmo, empenhada, tem sido a maior força dos CSA, CPA, ANS, AOFA e AP. Por isso tomámos o lema das comemorações oficiais do 49º aniversário do 25 de Abril da CM Seixal para título desta peça.

O são e solidário convívio foi marcado pelas intervenções de Lima Coelho (em nome das organizações promotoras do evento), do Capitão de Abril, COR Baptista Alves, e do Presidente da CM Seixal, Paulo Silva.

Após as intervenções, o espírito de Liberdade para lutar manteve-se. No momento cultural que se seguiu, o músico Vítor Paulo (viola e voz) apresentou um concerto que perpassou toda a história musical da luta contra o fascismo, pontuando a sua actuação com algumas mensagens pertinentes sobre os perigos que ameaçam a Liberdade e a Democracia, conquistadas há 49 anos.

O evento terminou com a partilha de um bolo e de um brinde ao Dia da Liberdade.

Era a hora de preparar as demais comemorações dos 49 anos do 25 de Abril, nomeadamente a participação no desfile da Avenida da Liberdade, onde, mais uma vez, as APM marcariam presença. ▲





Que Passos para o Futuro? A Luta pelos Direitos!

Num evento promovido pela APG/GNR e pelo sindicato de polícia holandês “Equipe”, teve lugar a 28 de Junho o debate “O direito ao sindicalismo nas forças de segurança e nas forças armadas – que passos para o futuro?”.

Estiveram presentes representantes de estruturas associativas e sindicais das forças e serviços de segurança e das forças armadas, bem como especialistas na área do direito.

ve a cargo de José Manageiro, Presidente da Assembleia Geral da APG-GNR.

Das intervenções e dos debates resultou que para todas as estruturas presentes é fundamental o alargamento dos moldes em que está definido o seu direito à organização colectiva e representação jurídica dos seus membros, e que, mesmo situando-se em patamares diferentes, conforme a força de segurança ou associação profissional militar em causa, nada justifica a excessiva



Após a abertura dos trabalhos pelo Presidente da Direcção da APG-GNR, César Nogueira, o evento foi dividido em dois painéis, contando em ambos com a moderação do jornalista Celso Paiva.

O primeiro painel contou com intervenções de Jan Dickers, do Equipe, do Juiz Jubilado António Bernardo Colaço, de António Lima Coelho, Presidente da ANS e de Branco Baptista, Secretário Geral da AOFA, a que se seguiu um vivo e participado debate.

Após um breve intervalo, o segundo painel contou com as intervenções de Willy Valks, do Equipe, da Dra. Mara Beldroegas, advogada da APG-GNR, de Paulo Santos, Presidente da Direcção da ASPP/PSP e de Paulo Amaral, Presidente da AP.

Após um período de interessante debate, o encerramento dos trabalhos este-

proibição, vedando os direitos que lhes são devidos.

Conforme foi largamente referenciado, a carta dos direitos fundamentais da União Europeia, a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e mesmo a Lei Fundamental do país não proíbem a constituição de sindicatos nas forças de segurança nem nas forças armadas, impondo-se apenas restrições e não proibições que poderão roçar a inconstitucionalidade.

Concluiu-se existir a necessidade de encetar um processo de luta organizada pelo direito ao sindicalismo, uma vez que o futuro terá de passar por alterações legislativas que reflectam o cumprimento da Constituição e dos normativos europeus, possibilitando o acesso aos instrumentos legislativos que melhor defendam os seus direitos. ▲



Reter...ou Prender???



Em 18 de Maio passado foi publicado no Diário da República o Despacho nº 5677/2023 do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA) que pretende definir os termos e a fórmula da indemnização ao Estado por desistência ou eliminação dos Cursos de Formação de Sargentos com destino aos Quadros Permanentes da Força Aérea Portuguesa (CFS-QP/FAP).

A publicação e os termos em que se encontra, causaram inúmeras preocupações aos militares que já se encontram a frequentar o referido curso, mas também a futuros candidatos. Tendo conhecimento destas preocupações e dúvidas suscitadas, a ANS solicitou uma análise técnico-jurídica ao mencionado Despacho, com especial atenção para o detalhe da sua possível aplicação a factos passados, ou seja, de aplicação retroactiva.

Desta análise resultou um “Parecer” do qual se retiraram diversas considerações, como por exemplo, a fórmula de cálculo da indemnização estabelecida pelo Despacho é pouco rigorosa, tem uma margem de arbitrariedade de duvidosa legalidade para além de ter uma natureza punitiva sancionatória, legalmente inadmissível e rejeitada pelo Direito.

Por outro lado, esta indemnização, alegadamente devida ao Estado, reclamada pela Força Aérea, assenta na prática grosseira do vício de usurpação de poderes, pois não existe no âmbito do referido Despacho qualquer prévia habilitação legal que o permita, vigorando a incompetência por falta de atribuições, estando assim o CEMFA a exorbitar atribuições e competências.

Convém ainda referir que a Ministra da Defesa Nacional homologou ilegalmente o Artigo 76º do Regulamento Interno do Instituto Universitário Militar (IUM), por este exceder o âmbito e a extensão da autorização regulamentar, artigo esse que ainda se encontra ferido de inconstitucionalidade por violação directa do nº 5 do Artigo 112º da Constituição da República Portuguesa (CRP), quando interpretado como constituindo uma alegada norma habilitante do Despacho.

Se se considerar que da fórmula indemnizatória resulta uma soma de despesas incorrida no passado, para cobrir um dano hipotético futuro, na medida em que está apenas justificado na hipotética frustração de uma expectativa de afectação funcional do militar do Ramo, nisso violando princípios elementares do Direito, e que a obrigação de retroactividade imposta neste Despacho a uma ofensa restritiva de direitos fundamentais, será inconstitucional por violação material do disposto no nº 3 do Artigo 18º da CRP, para além de ofender também o princípio constitucional da protecção da confiança e da segurança jurídica dos cidadãos, mas, sobretudo, considerando que, conforme explicado, a força jurídica deste Despacho do CEMFA é nula, de nenhum efeito jurídico e sem eficácia externa, a ANS e os Sargentos reunidos em assembleia no passado dia 14 de Junho, aprovaram, por unanimidade e aclamação, uma Moção que apela à revogação imediata do referido Despacho.

Acto contínuo, e também de acordo com decisão tomada na reunião, exemplares da Moção aprovada foram enviados para o CEMFA, para o CEMGFA, para o Ministério da Defesa Nacional, para o Parlamento e para a Presidência da República. Perante as repetidas afirmações da ministra da Defesa Nacional, cabe questionar: “Reter ou ... prender?”.

É notório que este Despacho não condiz com a dita necessidade de retenção de militares nas fileiras, constituindo-se, pelo contrário, como uma forma encapotada da retenção forçada por via financeira, contrariando a noção de voluntariedade ao serviço do País. ▲

Perante as repetidas afirmações da ministra da Defesa Nacional, cabe questionar: “Reter ou ... prender?”.

É notório que este Despacho não condiz com a dita necessidade de retenção de militares nas fileiras, constituindo-se, pelo contrário, como uma forma encapotada da retenção forçada por via financeira, contrariando a noção de voluntariedade ao serviço do País. ▲





A Comissão de Defesa Nacional e as palmadinhas nas costas!

Os militares em Portugal como costuma referir a imprensa estrangeira manifestam-se silenciosamente, organizados e nunca em qualquer circunstância assumem comportamentos desordeiros.

Em suma, usam o direito de manifestação cumprindo o prescrito e acima de tudo honram o seu uniforme, até porque a condição de “Cidadão em Uniforme” é especial. O militar não é diferente dos demais cidadãos, simplesmente tem responsabilidades acrescidas, mas que algumas figuras desconhecem!

Muitas vezes ouvimos os populares argumentar:

“Vós tendes o poder bélico à vossa disposição!”

Porém, actuar de forma irracional não soluciona problemas, pode infelizmente despontar outros.

Os militares constantemente procuram ser ouvidos, utilizam os meios legais que lhes são facultados e criatividade não lhes falta, o que podemos comprovar pela recente promoção de uma conferência com a intervenção de intelectuais de vários sectores da sociedade portuguesa, nomeadamente em debate público sobre **“Portugal e as suas Forças Armadas”**.

Todavia o que me levou a escrever este artigo/desabafo foi a grotesca camuflagem que os intervenientes políticos colocam sobre a categoria de Sargentos, e que me deixa incrédulo pela falta de sensibilidade, simpatia e credibilidade técnica, funcional, profissional e intelectual, para com aqueles que por vezes referem como ser a espinha dorsal das Forças Armadas (FFAA).

Como se costuma dizer, se não estamos bem, vamos à luta!

E assim a ANS procura de forma legal levar à casa da democracia as suas preocupações, apresentar os seus argumentos, que são voz entre os Sargentos de Portugal, na exigência do simples cumprimento da Constituição da República Portuguesa (CRP).

Não discordo totalmente da elaboração de estudos atrás de estudos, e sempre que me são facultados inquéritos dou o meu contributo a esta metodologia empírica, mas tenho que sublinhar que existem outros tipos de análises, quiçá um intitulado trabalho de campo, uma antropologia ou sociologia militar, designadamente a voz da experiência, aquela que realmente percebe da “coisa militar”, os verdadeiros técnicos que emitem relatórios atrás de relatórios mas que infelizmente são considerados não fidedignos.

Este introito tem como objectivo conduzir-me à minha humilde análise a uma audiência da Comissão de Defesa Nacional (CDN) solicitada pela ANS, na qual não gostei nada da condução dos trabalhos, e que me leva talvez a uma pré-irracional análise à sua utilidade, mais precisamente achar que as Comissões Parlamentares



em nada favorecem os interesses dos cidadãos que elegem os seus constituintes.

Vejamos, não querendo tirar ilações precipitadas, consultei o portal do Parlamento, e percebi o que são as Comissões Parlamentares, e referente à Comissão Permanente - CDN consultei as suas competências, actividades, participação em eventos, grupos de trabalho, etc.

Para não falar sem fundamento de uma ferramenta da actividade parlamentar da Assembleia da República (AR), podemos verificar nas competências da CDN, no seu primeiro parágrafo a seguinte responsabilidade:

“No uso das suas atribuições, compete em especial à Comissão de Defesa Nacional exercer as suas competências e controlo político nas áreas da defesa nacional, bem como dos assuntos que se encontrem sob tutela ou coordenação do Ministério da Defesa Nacional.”

Recuando no tempo, as três APM’s entregaram no dia 14JUN2021 uma petição com 7720 assinaturas ao Presidente da Assembleia da República, a solicitar a revisão e alteração do Regime Remuneratório dos Militares e, por sua vez, a ANS em 09SET2022 através de ofício solicitou ao Presidente da CDN ser recebida em audiência, o que veio a efectivar-se posteriormente.

O processo não foi célere, mas a audiência acabou por ser agendada, só que durante esta foi preciso ter paciência de “pachorrento”, pois o resultado são palmadinhas nas costas, ou por outras palavras, as propostas são elogiadas por todos os grupos parlamentares, citam que são reivindicações legítimas, que temos sido injustiçados, mas depois lá vem a cantilena de que ainda não foi possível no passado mas que vão ser consideradas, *blá, blá, blá*,...e depois para mim a gota de água que transborda do copo! Lá aparece um Sr. Deputado, e porque “vestiu” uma farda militar alguns meses é o “especialista”, e a conversa enrola, enrola, ainda pensei que ia falar na velhinha G3 ou em técnicas de sobrevivência e combate, mas volta a enrolar e a conversa sem sentido chega ao fim; sumariamente na sua intervenção sobre política de defesa nada argumentou.

Uma intervenção na CDN em que o tema são canhões, e responde-se com feijões!

A coisa militar não morde, fez de muitos jovens homens de barba rija que hoje falam no seu serviço militar com muito

garbo e orgulho, os quais sentiram a dureza da instrução, o desgaste das rotinas, a ausência da família, entre outras dificuldades que lhes permite dizer: **“Fui Militar!”**.

Por sua vez, para aqueles que a sua vocação foi servir as FFAA nos quadros permanentes, militares de carreira/profissão, a dureza das missões em forças nacionais destacadas, os exercícios militares, entre outras tarefas, não ocorrem em certos bastidores, aos quais não tiramos descrédito, mas os seus utilizadores foram eleitos por nós para nos representarem e não para apenas usufruir de benesses.

Desculpem-me a franqueza ou talvez indelicadeza, mas sobretudo para aqueles que dizem que serviram nas FFAA em algum momento, como podem desvalorizar aqueles que juraram servir a Pátria, mesmo com o sacrifício da própria vida, e que durante cerca de 40 anos de serviço efectivo, com grande espírito de sacrifício e abnegação continuam a ser tratados como meros **“peões”**?

Os “sacrifícios” operacionais não pagam contas, não temos cantinas opcionais com menus top a saldos, nem aquecimento ou sistemas de ar condicionado para trabalharmos mais fresquinhos, o nosso **“escritório”** entre calor e frio extremo, apresenta também cenários de dor, medo, sacrifício, desespero, raiva, fúria, e infelizmente por vezes acidentes que resultam em mutilação ou morte.

É a realidade do risco diário da vida militar. É a efectiva Condição Militar!

Claro que se tentam mitigar estas ocorrências, mas por sua vez os problemas psicológicos e sociais já entraram há bastante tempo no seio familiar.

Foram e são famílias militares de coragem, nas quais a qualquer momento o pilar desta pode tombar, e quando tal acontece é sinalizado como uma tragédia, e depois as figuras públicas aparecem a desfilar reconfortando a família, desculpem, a trabalharem para a sua imagem...e o que se segue? Processos longos, burocracias excessivas, e senão for a camaradagem da Família Militar com um euro daqui e um euro dali, através de ações solidárias, essa família já destruída não consegue pagar as suas contas, não sobrevive.

Será necessário a multidão manifestar-se? e esta não comporta só os Sargentos, engloba a Família Militar de ontem e de hoje, que vive em dificuldades.

Tutela, estamos a chegar ao limite e apenas nos debatemos pelos direitos fundamentais da Família Militar, que bem sabemos quais são, e que são essenciais ao funcionamento da Instituição Castrense, porque o seu primeiro pilar são as pessoas, o qual está carente e caminha para a ruptura.

O limite motivacional e operacional está débil, merecemos dignidade profissional e não esquecendo o juramento que fizemos e cumprimos, só nos resta exigir que cumpram também vocês com as vossas responsabilidades enquanto representantes dos cidadãos, e não me venham com o eterno slogan de que somos muito bons e sempre elogiados externamente, porque não sendo um jogo de sorte até temos sido sortudos com o obsoleto material e armamento disponibilizado.

Tudo tem corrido bem?

Claro, chama-se profissionalismo, coragem, frontalidade na postura dos **“Cidadãos em Uniforme”**.

Claro que ficamos emproados, mas simplesmente cumprimos com sucesso (sinónimo de desenrascanço) a missão atribuída.

Se rapidamente consultarem um dicionário, é mesmo a palavra **«desenrascanço»** que nos caracteriza em muitas situações profissionais, dado que significa:

“Capacidade de solucionar problemas ou resolver dificuldades rapidamente e sem meios adequados”.

Os Sargentos de Portugal, enquanto “Cidadãos em Uniforme” têm sempre respeitado as instituições democráticas, e através do associativismo militar preconizado na lei, procuram ajuda, e quando são recebidos na casa da democracia, à qual antecipadamente disponibilizam um leque de documentação específica e fundamentada das suas dificuldades, carências, preocupações, injustiças sentidas, permitindo à CDN o estudo desses dossiers, é incompreensível a análise desta.

Estamos sempre expectantes com o resultado destas audiências, mas acabam por ser sempre **“mais areia para os olhos”**. Mas não vamos desistir, vamos continuar a repetir o processo as vezes necessárias, fazendo jus à nossa heráldica:

“Quão Difícil Nos Temos Movido”.

Claro que os trâmites processuais andaram, e as propostas no âmbito remuneratório foram colocadas à consideração da AR em três projectos dos grupos parlamentares X, depois os Y votaram contra, os G abstiveram-se, enfim **“uma mão cheia de nada!”**.

Finalizo, deixando uma sugestão à CDN:

Deixem-se de cordialidade, estamos fartos de palmadinhas nas costas, assumam sim as vossas responsabilidades e intercedam com celeridade junto do Ministério da Defesa Nacional porque o tempo urge e o desenrascanço não é solução.

Um Sargento devidamente identificado ▲



Descaracterização da Condição Militar!

Existe um descontentamento geral, que se tem reflectido não apenas em pedidos de transferência para certas Bases Aéreas em que os meios aéreos operados permitam obter qualificações para se sair mais rápido da FAP, mas também pelo elevado número de pedidos de abate ao quadro que se tem registado. E a perspectiva é de agravamento da situação.



Numa determinada Base Aérea, numa reunião com o comando, aos militares com o posto de Sargento-Chefe, foi-lhes dito que devido ao “sangramento” (abate ao quadro) de militares com os postos de Primeiro Sargento e de Sargento-Ajudante, estes deveriam passar a fazer as suas funções para colmatar as falhas. Pelos vistos, o cumprimento de normas regulamentares e valores estatutários só é rígido quando convém!

Estes factos devem chegar ao conheci-

mento dos cidadãos em geral pois quem ouve o governo, e mesmo a ministra da Defesa Nacional, fica com a ideia de um conforto que, de facto, não existe!

Não é com a criação de um Quadro Permanente de Praças que se vai colmatar a falta de mão de obra especializada. Se não houver uma revisão séria do regime remuneratório, o “sangramento” não só vai continuar como vai aumentar uma vez que, neste momento, as empresas já nem se importam com as carteiras profissionais, mas sim com a experiência. E pagam 3 a 4 vezes mais.

Entretanto, na tentativa de segurar alguns, “agita-se a bandeirinha” da participação em missões. Ainda não é certo se a missão que decorre num país estrangeiro se vai prolongar por mais dois meses. Mas, se tal acontecer, poderá significar que Sargentos-Chefes participem nessa missão como executantes de mão de obra directa, porque, devida a uma má gestão e organização, se encontram em disfunção na Unidade porque a mesma não tem capacidade para lhes dar cargos de chefia. Entretanto, outros que até estão a desempenhar funções compatíveis com o posto, começam a questionar se não deverão também participar nas missões como mão de obra directa, pois as dificuldades financeiras também os atingem!

Por outro lado, o eventual prolongamento da missão por mais dois meses

também é um factor de divisão entre os militares. Muitos dos que já lá estão, apesar de quererem regressar a casa, não se importam de ficar mais tempo pois, o que recebem por estarem na missão, é o que vai proporcionando alguma qualidade de vida para eles e para a família. Na outra vertente, os militares que estão ao serviço na Unidade, são obrigados a alterar o planeamento de férias, e em alguns casos vão ficar com as férias em família significativamente reduzidas.

O estafado chavão de que “como militares que somos tudo se faz, pois, a missão vem em primeiro” faz cada vez menos sentido, pois as condições para manter e sustentar as famílias é exigência colocada a todos, mas o tratamento e resposta dada é cada vez menos equilibrada e justa.

O espírito de missão está a ser substituído pela necessidade de ganhar mais algum, pois só assim se consegue ter algum espaço financeiro de manobra e assegurar melhor vida às famílias. Ou então, assiste-se, preocupantemente, à necessidade de agradar superiormente para se ficar sempre bem visto, dizendo que sim a tudo que é solicitado, dificultando inclusivamente a vida dos subordinados.

Servir na Força Aérea era um orgulho, agora cada vez mais é uma desilusão. Por mais sugestões, reclamações, opiniões que se tentem dar, a resposta é sempre a mesma: “somos militares e é para cum-



prir!”. Se não se cumpre, lá vem o recado em modo de brincadeira que roça a ameaça, “atenção às tuas avaliações, ainda te ultrapassam”, ou outra ainda pior e infelizmente muito em voga desde há uns tempos para cá “vê lá se queres ir para a messe” (local de colocação que mais parece o inferno, tal é a má fama que tem).

Com tristeza, ouve-se camaradas afirmar que pedem louvores aos chefes de serviço para ganharem pontos nas avaliações, ou para ganhar mais uma medalha, pois receiam serem ultrapassados.

E no fim de tudo isto, algures nesta curta viagem pela vida, há quem se esqueça do dever de tutela, de cuidar de quem recebe as ordens e cumpre prontamente, pois confia em quem as emana, porque jurou servir as Forças Armadas e cumprir os deveres militares, defender a Pátria e estar sempre pronto a lutar pela sua liberdade e independência, mesmo com o sacrifício da própria vida. Vida essa que conforme o posto do militar tem valores diferentes, não pela responsabilidade que cada um deveria ter, mas pela condição de ser mais ou menos militar. ▲

A ANS nas Comemorações do 10 de Junho



A ANS este presente não só em cerimónias comemorativas do dia 10 de Junho, em várias localidades do País, mas também assinalando igualmente o nosso 34º aniversário.

Em Peso da Régua, esteve presente o nosso camarada José Paulo Leitão, Vogal da Assembleia-Geral, Sargento-Mor do Exército, presente na cerimónia militar e



no almoço oferecido pela comissão organizadora que englobou 19 Concelhos da região.

Na homenagem aos Combatentes, em



Lisboa, em Belém, junto ao Forte do Bom Sucesso, esteve presente o nosso camarada João Ludovice Silva, Vice-presidente da Direcção, Sargento-Ajudante da Força Aérea, tendo deposto uma coroa de flores, acompanhado pelos representantes da AOFA e da AP.

O Núcleo da ANS de Ponta Delgada, assinalou esta data histórica do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, comemorando igualmente o 34º aniversário da ANS, iniciativa liderada por António Assunção, Vogal da Direcção, Sargento-Chefe do Exército, acompanhado por elementos activos deste Núcleo. O nosso camarada Francisco Silva, Relator do Conselho Fiscal, Sargento-Chefe do Exército, personificou o poeta Luís

de Camões num evento cultural realizado na cidade berço, em Guimarães. ▲





Bragança acolhe os 71 anos da FAP

Realizaram-se, na cidade transmontana de Bragança, as comemorações do 71º aniversário da Força Aérea Portuguesa.

As comemorações iniciaram-se a 24JUN2023 com a Cerimónia de Hastear das Bandeiras Nacional, do Município de Bragança e da Força Aérea e terminaram no dia 02JUL2023 com a Cerimónia de Arriar das mesmas.

Entre os dias 24JUN2023 e 02JUL2023, os Brigantinos tiveram a oportunidade de visitar a exposição de meios da Força Aérea, assistir aos concertos popular e oficial da Banda de Música deste ramo das Forças Armadas e ao evento cultural e musical “Força Aérea – Bragança” que, para além de formalizar a apresentação dos novos uniformes, harmonizou as apresentações do Quarteto de Metais da Banda de Música da Força Aérea, do Rancho Folclórico do Bairro da Mãe D’Água e das Tunas Masculina e Feminina do Instituto Politécnico de Bragança. Houve ainda, ao longo deste período, lugar a uma exibição cinotécnica, a uma prova de orientação solidária, à Missa de Acção de Graças e a uma Demonstração de Capacidades no Aeródromo de Bragança.

O destaque vai, naturalmente, para a Cerimónia Militar do dia 01JUL2023, que decorreu na Rua D. Sancho I. Presidida pela Ministra da Defesa Nacional (MDN) e com a presença do Chefe de Estado Maior da Força Aérea (CEMFA), do Presidente da Câmara Municipal de Bragança, do Chefe da Casa Militar do Presidente da República, representantes dos Chefes dos Ramos e do CEMGFA, adidos milita-

res, entre outras altas entidades militares, militarizadas, civis, de segurança e religiosas. Contou ainda com a participação de representantes das três Associações Profissionais de Militares, estando a ANS representada pelo Secretário da Direcção, João Mata, Sargento-Ajudante da FAP, acompanhado pela esposa.



Foi na presença das entidades supracitadas e perante uma parada militar constituída pelo Bloco de Estandartes Nacionais com respectiva escolta de honra, Blocos de Estandartes das Unidades da FAP, de Guiões das antigas Unidades da FAP e de Guiões de Mérito de Sub-Unidades da FAP, por uma Esquadra a duas Esquadrilhas de alunos da Academia da Força Aérea, uma Esquadra a duas Esquadrilhas de alunos do Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea, uma Esquadra a duas Esquadrilhas de militares de diversas Unidades da FAP, uma Esquadra a duas Esquadrilhas e um Pelotão de binómios cinotécnicos da Polícia Aérea e pela Banda de Música da Força Aérea, que o CEMFA, General Cartaxo Alves, discursou, destacando o extraordinário

empenho dos militares que comanda e manifestando elevada preocupação na capacidade para continuar a cumprir a missão da FAP com elevado desempenho face ao “efectivo muitíssimo reduzido”. Em tom de alerta referiu que a FAP é incapaz de “estancar as inúmeras saídas extemporâneas de pessoal qualificadíssimo” e que “não é competitiva face ao mercado de trabalho civil e às Forças de Segurança”. Realçou, ainda, ser preciso equiparar os vencimentos e suplementos às profissões de referência e equiparar a carreira militar às carreiras especiais para que os militares não vejam as suas pensões reduzidas em 50% face ao seu vencimento quando transitam para a situação de reforma.

Já Helena Carreiras, destacou as estratégias do seu Ministério, dando como exemplo um “projecto piloto” denominado “Defesa mais jovem” e que consiste na realização de actividades lúdicas enquadradas no quotidiano militar, projecto com o qual espera aumentar as perspectivas de recrutamento, a melhoria de condições de atractividade e retenção ou o investimento destinado à manutenção, sustentação e modernização de meios previstos na nova Lei de Programação Militar. Abandonando o discurso escrito e recorrendo ao improviso, dirigiu-se ao General CEMFA referindo a sua certeza em que este assumo o desafio de implementar o conjunto de medidas que têm vindo a ser decididas, designadamente o Quadro Permanente para Praças, o aprofundamento de Regime de Contrato Especial ou a certificação das qualificações que

facilite a transição de militares para a vida civil, não abordando, porém, as preocupações e os alertas que acabara de ouvir nas palavras do Chefe da FAP.



Após a homenagem aos militares da FAP falecidos em Serviço e a cerimónia de imposição de condecorações, de onde se destaca a atribuição da Medalha Comemorativa das Campanhas a seis Antigos Combatentes, as Forças em Parada desfilaram sob o comando do Brigadeiro-General António Moldão, sendo sobrevoadas por diversos meios aéreos ao serviço da Força Aérea.

Merece destaque a excelente e hospitaleira recepção ao representante da nossa Associação por parte dos militares da Força Aérea, bem como a cordialidade com que decorreram as interacções ao longo de todo o evento. ▲

Dia da Marinha Porto 2023

O Dia da Marinha, que se assinala a 20 de Maio, foi, em 2023, comemorado na cidade do Porto.

Desde o dia 5 de Maio diversos locais da cidade Invicta acolheram inúmeras actividades e exposições dedicadas à Marinha, para além de terem decorrido vários concertos executados por diferentes formações de músicos da Banda da Armada.

O ponto alto destas comemorações, no Domingo, 21 de Maio, consistiu na parada militar, seguida de desfile, incluindo uma demonstração de capacidades mili-

tares junto ao rio Douro, a que se seguiu um almoço oficial na Associação Comercial do Porto.

A ANS esteve representada pelo Vogal do Conselho Fiscal, Rui Santos, Sargento-Chefe do Exército.

O CEMA afirmou em pleno discurso “...Camaradas, aqui formados estamos a mudar a Marinha. Vocês são os actores principais nesta nova realidade.... são inúmeras as alterações que foram, estão e serão implementadas... quatro classes de navios que vão surgir...” e por aí adiante. O factor humano merecia mais

veemente referência, muito para além dos aspectos do equipamento.

A MDN, na sua intervenção repetiu a estafada fórmula de que, “...este governo tem trabalhado afincadamente, avançando com o novo plano de acção para a profissionalização do serviço militar de forma a recrutar e manter os melhores

em igual medida...”, sem que, no entanto, na prática e no terreno, se sinta e se veja vontade efectiva e resultados para a melhoria das condições para todos aqueles que servem nas Forças Armadas, de modo a que se possa inverter a falta de atractividade, de recrutamento e de retenção. ▲





Tecnologias e alimentação:

O que se paga e o que não se devia pagar... mas que se pagou!

A Força Aérea iniciou, em 2021, a implementação de um sistema de marcação de refeições, considerado, pela Instituição, fundamental na contribuição para “um planeamento mais assertivo e um menor desperdício de géneros confeccionados” (DAT, 2021, p.3). Com a implementação desse sistema, foi publicado um “Manual do Utilizador” que, antes de explicar o funcionamento do sistema, enquadra legalmente o direito à alimentação nas Forças Armadas, destacando, com fundamento no Decreto-Lei n.º 329-G/75, de Junho de 1975, o direito à alimentação por conta do Estado e o seu fornecimento em espécie aos militares, e encontrando, no Despacho n.º 122/MDN/92, de 16 de Setembro, argumentos legais que permitam negar o fornecimento, sem expensas para os militares, das primeira e terceira refeições aos que não se encontrem de serviço ou em frequência de curso, tirocínio ou estágio. Estratégias de retenção, com toda a certeza!

Volvidos dois anos do início deste processo, o sistema mantém-se apenas disponível com recurso ao portal da rede interna da Instituição. Ora, este facto constitui-se como uma limitação grave à interacção dos utilizadores com a plataforma, com consequências financeiras para os militares em diversas ocasiões. É disso exemplo a desagradável surpresa com que alguns camaradas se viram presenteados no passado mês de Abril, quando constatarem o débito, nas suas folhas de vencimento, de um acumulado de consumo de refeições referentes aos meses de Novembro e Dezembro de 2022, em alguns casos com os valores dos débitos a chegarem às centenas de euros! A contribuir para a gravidade do caso está, não só o facto de a maioria destas refeições terem sido consumidas em âmbito de serviço e incorrectamente processadas em virtude das limitações que o sistema informático tem e que insistentemente não são salvaguardadas, mas também o acto de se divulgar no portal interno que o débito em vencimento é efectuado dois meses após o consumo da refeição, e se ter processado, num único mês, o débito de refeições consumidas 4 e 5 meses antes!

Tendo sido garantido pelos serviços das Unidades que, após manifestação de prova do direito ao abono dessas refeições pelos militares, os valores incorrectamente debitados seriam devolvidos, tal não altera a realidade de ter havido um mês neste ano em que militares da Força Aérea se viram privados de uma boa parte do seu vencimento porque, e de forma muito resumida, o sistema está disponível apenas na rede interna, só permite agendamentos até 48 horas antes do consumo das refeições e notificações de ausência ou presença inopinadas até 2 horas antes desse mesmo consumo, inviabilizando os necessários ajustes quando, por exemplo:

- Camaradas com refeição agendada por motivos de serviço para a messe de uma Unidade, mas que, também por razões de serviço, tenham, inopinadamente, que ser abonados noutra Unidade, o que leva a que o sistema assuma o consumo de uma refeição não agendada e, conseqüentemente, como fora do âmbito de serviço.
- Camaradas que, fruto de alterações inopinadas nas respectivas escalas tenham que se apresentar de urgência ao serviço e não tenham oportunidade de agendar atempadamente a refeição, ao confirmarem o seu consumo com recurso aos leitores magnéticos instalados, o sistema assume o consumo como fora do âmbito do serviço.



Imagem 1: Grafismo: Força Aérea Portuguesa

- Camaradas que têm refeição agendada e que, por factores tão diversos como uma doença súbita ou a atribuição de uma tolerância de ponto, acabam por não a consumir sem terem oportunidade de proceder à sua desmarcação.

Muita coisa foi escrita em inúmeros alertas enviados aos militares, inclusivamente, e citamos de uma dessas mensagens que nos foi dada a conhecer, “*que todas e quaisquer refeições (1.ª, 2.ª e/ou 3.ª refeições) marcadas no sistema de marcação de refeições que não venham a ser consumidas por motivos de serviço ou impedimentos de ordem pessoal (férias, folgas de serviço, entre outros) serão consideradas para débito direto em vencimento...*”.

Dirá, quem de direito, que o militar pode delegar a marcação das suas refeições num camarada! E se também esse camarada estiver impedido de fazer altera-

ções urgentes?

Dirá, também, que a possibilidade de notificar presenças inopinadas está activa até duas horas antes do consumo da refeição. Como se todas as missões no interior de uma Unidade tivessem acesso permanente a um computador.

Dirá, ainda, que o Chefe de Serviço pode contactar posteriormente os serviços de administração das Unidades alertando para situações inopinadas já ocorridas. Sem dúvida! Mas dizemos nós: Não se evitaria uma boa parte destas situações se se abrisse o acesso ao Sistema por intermédio do portal FAP Online? Até já foi possível votar para os Conselhos de Especialidade por essa via, porque não agendar ou desmarcar refeições também? E, já agora, se é para descontar, que seja no prazo de dois meses que se anuncia e sem ser em acumulado com outros meses! Quem pouco recebe, agradece! ▲

Solidários na Mesma Luta!

No passado dia 20 de Junho, a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública congregou várias centenas de pessoas, entre trabalhadores e aposentados do Estado, numa concentração/maniferação em frente à sede da ADSE, na Praça de Alvalade, em Lisboa, para reivindicar a redução do desconto mensal dos actuais 3,5% (do salário ou pensão brutos) para 1,5% e de 14 meses para 12 meses por ano.

Uma delegação das Associações Profissionais de Militares esteve presente, respondendo ao convite lançado por Sebastião Santana, coordenador nacional da Frente Comum, não apenas para manifestar a solidariedade com a luta destes cidadãos, como afirmou Lima Coelho na mensagem que dirigiu aos presentes, em representação das APM, mas também, e sobretudo, porque os objectivos

são particularmente semelhantes relativamente ao subsistema de saúde dos militares.▲





Sessão Evocativa - 34º aniversário da ANS, 32º de “O Sargento”

34 anos ao serviço dos Sargentos

Assinalado de forma singela, mas cheia de significado, a Associação Nacional de Sargentos celebrou em Sessão Evocativa o 34º aniversário sobre a sua fundação (oficialmente em 10 de Junho de 1989), e o 32º aniversário do seu leal camarada e voz insubmissa, o jornal “O Sargento”.



Na sede, no passado 21 de Junho, cerca de 60 pessoas, entre convidados, sócios, familiares e amigos, puderam lembrar o que foi a actividade e a luta da ANS, e deixar as suas palavras de congratulação, e tantas vezes de apoio e solidariedade, por esse caminho dificilmente trilhado por centenas de Sargentos ao longo das últimas, quase, três décadas e meia.



Das entidades convidadas estiveram presentes representantes da/os AOFA, AP, Clube do Sargento da Armada, Clube de Praças da Armada, Associação Conquistas da Revolução, ASPP/PSP, ADFA - Associação dos Deficientes das FFAA, CGTP – Intersindical, Frente Comum, IASFA, SMOR's dos Gabinetes do CEMGFA, CEME e CEMFA. Estiveram ainda presentes os amigos Dr. António Bernardo Colaço, Dr. Luís Corceiro (apoio jurídico dos sócios da ANS) e Carlos Velez (da produção do jornal O Sargento).



Não podendo estar presentes, fizeram questão de enviar mensagens o/os Administrador do Condomínio do edifício da sede, o presidente da JF do Lumiar, da Comissão de Defesa Nacional, do Dr. Jorge Machado (apoio jurídico) e de César Nogueira, da APG/GNR. A cerimónia foi transmitida via *plataforma vídeo*, pelo que houve oportunidade de ter ‘presentes’ camaradas dirigentes doutros locais do país.



O Presidente da Direcção, António Lima Coelho, proferiu uma breve intervenção evocativa, sublinhando algumas vitórias, algumas solidariedades, sentidas e prestadas, quer no âmbito da Condição Militar, da condição de cidadãos e trabalhadores em uniforme, quer no âmbito mais abrangente da Condição dos Trabalhadores dum modo geral. Fez ainda uma abordagem da actividade futura, no imediato e a prazo, ficando vincada a firme intenção de continuar o trabalho e a luta.



Após as intervenções dos convidados e sócios, teve lugar um momento cultural com a actuação do Coro Polifónico do Clube do Sargento da Armada, dirigido pelo Maestro Euclides Pio.



A audiência foi brindada com 4 temas, um dos quais o Hino da ANS, cuja primeira interpretação, há 14 anos (por ocasião dos 20 anos da ANS), já havia sido feita pelo Coro Polifónico do CSA.



Curiosamente, a última vez que o hino ‘Sargento de Portugal’ foi também interpretado, aconteceu numa sessão solene, na Casa do Alentejo, aquando da comemoração do 33º aniversário da ANS e 31º do jornal “O Sargento”, na altura pela cantora Marianna Rocha. ▲



*A Sessão Solene terminou com um ‘moscatel de honra’.
Longa vida à ANS e ao seu jornal “O Sargento”!*



Desfraldados e Mal Fardados!

O Regulamento de Uniformes do Exército (RUE), aprovado pela Portaria nº 345/2019, de 2 de Outubro, conta com 3 anos (a caminho dos 4) desde a sua publicação e, no entanto, aqui nos encontramos, em pleno 2023, com falhas na distribuição do novo fardamento. Posto isto, importa verificar que o ideal de uniformização do Exército está a ser esquecido, e de forma mais vincada no universo dos militares em regime de contrato (e voluntariado), pois são estes os mais prejudicados nesta situação.



Maior parte dos exemplos que nos chegam, vindos das unidades espalhadas por este país, demonstram-nos que o fosso está aí mesmo, está no fardamento dos militares contratados, exemplos que vão desde Praças, Sargentos e Oficiais (do CFS/CFO RV/RC) em formação, aos quais não lhes é distribuída a “farda nº1”, desconhecendo estes o sentimento (e a importância) que é vestir este uniforme, seja para a sua dispensa de Sexta-feira, seja para o seu retorno às unidades no Domingo, e que com isto chegam às unidades em que são, posteriormente colocados, sem fardamento para que se possam apresentar e tirar a fotografia para o seu Cartão de Identificação Militar (CIM); há tristes exemplos de camaradas terem de andar a emprestar/trocar entre si o novo uniforme nº3 (mais conhecido como camuflado) consoante aquele que vai para a cerimónia ou para alguma “feira de trabalho” como é o caso da “Futurália”.

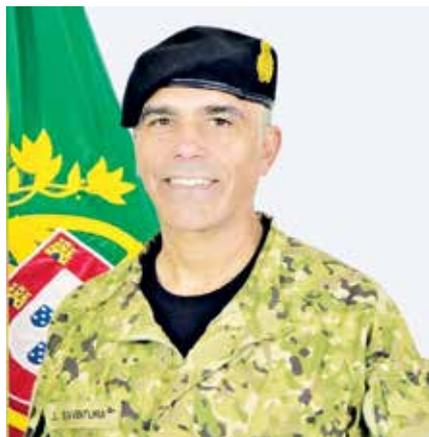


Assim colocamos a questão: onde fica a capacidade de cumprir (porque vontade não falta) o dever de aprumo? Como conseguiremos nós por em acção as seguintes palavras: “O dever de aprumo consiste na correcta apresentação pessoal, em serviço ou fora dele, nomeadamente quando se faça uso de uniforme.”?

Tantos são os planos, as reuniões de trabalho (para as quais a ANS é pouco, mal ou nada convidada), as propostas, as ideias, o querer e o dizer que “é para cumprir”, e naquilo que está à frente dos olhos de todos, aquilo que é a realidade diária das bases (que tanto se fala), aquilo que pode e deve ser uma solução para o imediato, faz-se vista grossa.

O “atavio” é-nos colocado como parte da vida militar desde o primeiro dia que entramos nesta instituição, desde o início da recruta, passa a fazer parte da nossa rotina, é motivo de orgulho e é importante para a imagem do exército (e das Forças Armadas) no mundo civil. Nós só queremos ser e estar “bem ataviados”! Será pedir muito? ▲

Assessor do CEMGFA



SMOR João Boaventura

O Sargento-Mor João Paulo Vicente Boaventura, nasceu em França. Tem 53 anos de idade e 33 anos de serviço militar. Foi promovido ao actual posto em 23 de Dezembro de 2022.

É Assessor do General CEMGFA desde 11 de Maio 2023.

Está habilitado com o Curso de Sargentos de Infantaria e do Estágio para Sargento-Ajudante, da Escola de Sargentos do Exército e da Escola Prática de Infantaria, e ainda o Curso de Promoção a Sargento-Chefe, da Escola de Sargentos do Exército.

Possui outros cursos e estágios militares frequentados no Exército e na Escola da NATO, tais como, o Curso de Instrutor de Educação Física Militar, o Curso de Operações Irregulares, o Curso de Segurança e Material Cripto, o NATO Open Source Intelligence Course e o Curso CIMIC.

Ao longo da sua carreira, prestou serviço em várias Unidades do Exército, destacando-se a Escola Prática de Infantaria, relevando-se os cargos na formação, como Encarregado de Instrução de vários cursos de Soldados Cadetes e Instruendos Milicianos, e Instrutor de vários Cursos de Sargentos e Tirocínios para Oficiais, da arma de Infantaria.

No Regimento de Guarnição Nº 3, desempenhou as funções de Sargento de Pelotão na 1ª Companhia de Atiradores do Batalhão de Infantaria da ZMM e posteriormente as funções de Sargento-Adjunto do Chefe da Secretaria de Comando.

No Centro Militar de Educação Física e Desportos, desempenhou as funções de Adjunto do Comandante da Companhia de Comando de Serviços.

Na Escola das Armas, serviu como Sargento Adjunto do Departamento de Qualidade, como Sargento Adjunto na Secção de Planeamento e Relações-Públicas do Gabinete de Apoio ao Comando e Gestão de Informação e como Ajunto do Comandante da Escola das Armas.

Entre 2015 e 2018, exerceu funções na NATO, no cargo de Staff Assistant Coordinator, da Nato Force Integration Unit, na Lituânia.

No âmbito da Cooperação Técnico-Militar exerceu funções como formador em diversas acções de formação de quadros em Timor-Leste e São Tomé e Príncipe. Da sua folha de serviços constam diversos louvores nacionais e condecorações, sendo uma delas concedida por entidade estrangeira. ▲

Novo Assessor do CEMFA



SMOR Paulo Castro

O Sargento-Mor Paulo Alexandre Nóbrega de Albuquerque e Castro é o novo Assessor do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea para a Categoria de Sargentos.

O SMOR Paulo Castro nasceu em Angola, em Agosto de 1964.

Em Julho de 1982 ingressou na Força Aérea Portuguesa, na antiga Base Aérea nº 3 (BA3), em Tancos, para o cumprimento do serviço militar em regime de voluntariado.

Em Março de 1983 terminou o Curso de Formação de Praças na especialidade de Mecânicos de Material Aéreo (MMA), tendo sido colocado no Comando Aéreo dos Açores – Base Aérea nº 4 (BA4), nas Lajes, Ilha Terceira.

Em Setembro de 1984 iniciou o Curso de Formação de Sargentos do Quadro Permanente que terminou em Fevereiro de 1986, tendo sido colocado na Base Aérea nº 5 (BA5), em Monte Real. De Fevereiro de 1987 a Abril de 1989 esteve colocado na Base Aérea nº 11 (BA11), em Beja. De Abril de 1989 a Setembro de 1993 esteve colocado na Base Aérea nº 6 (BA6), no Montijo.

Entre Maio e Julho de 1993 esteve na República Alemã para formação sobre a aeronave Alpha-Jet, tendo em Setembro desse ano sido colocado na BA11. Esteve em França a obter qualificações no âmbito da manutenção desta aeronave.

Em Setembro de 2000 mudou de Esquadra e entre Abril e Maio de 2001 recebeu formação sobre a aeronave Epsilon. No âmbito da manutenção desta aeronave efectuou várias formações, destacando-se nos Estados Unidos da América em Abril de 2005. Entre Abril e Maio de 2006 a formação em Auditorias da Qualidade, em Março de 2007 a formação de Medição e Análise de Vibrações, em Janeiro de 2008 as formações de Inspeção, Reparação e Revisão Geral de Órgãos Hidráulicos e de RUN-UP desta aeronave. Entre Abril e Maio de 2011 efectuou também o Curso de Instrução Teórica da aeronave Chipmunk MK20.

Em Junho de 2008 até Junho de 2009 esteve em Angola, na Escola de Pilotos da Força Aérea Nacional de Angola (FANA), onde desempenhou funções como Assessor de Manutenção e Formador.

Em Junho de 2009 regressou à BA11 e em Setembro de 2009 acompanhou a transferência da Esquadra 101 para a Base Aérea nº 1 (BA1), em Sintra.

Em Agosto de 2011 voltou à BA 11. No âmbito da manutenção desta nova colocação participou em várias missões internacionais como “Air Policing”, na Lituânia; em Novembro e Dezembro de 2014, “Eunavformed – Sophia”, em Itália, em Maio e Junho de 2016 e em Outubro e Novembro de 2017. Em Dezembro de 2018 foi movimentado para o Gabinete da Qualidade e Aeronavegabilidade da BA11.

Em Novembro de 2021 foi colocado no Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea (CFMTFA), na Ota, onde desempenhou a função de Assessor do Comandante para a Categoria de Sargentos, até Junho de 2023.

A 28 de Junho de 2023, a convite do General CEMFA, assumiu funções como Assessor do General CEMFA para a Categoria de Sargentos.

Da sua folha de serviço constam diversos louvores e foi agraciado com condecorações nacionais e estrangeiras. ▲



O SEU A SEU DONO

Adicional à Pensão de Reforma

Nem sempre é fácil efectivar na prática este ditado popular. Se a justiça prevalecesse sempre, poderia simplificar e eliminar, os atropelos e os obstáculos a tantos direitos adquiridos. Infelizmente sabemos pela experiência que quase nunca é assim.

Durante a nossa carreira militar, são tantas as vezes em que somos obrigados a lutar por aquilo a que temos direito, que quase se torna uma rotina.

O Estado, através de algumas das suas instituições, é useiro e vezeiro nas interpretações que sistematicamente faz, sempre em prejuízo do contribuinte, naqueles que menos possibilidades têm em defender-se, neste caso concreto, os militares.

As vítimas são mais que muitas e de todas as vezes que os cidadãos se sentem enganados, das duas uma, ou se resignam (atitude demonstrativa de alguma fragilidade ou desânimo), ou não se conformam e tentam pelos meios que têm ao seu dispor, reverter a situação a seu favor. Nesta segunda via, só há um caminho, a luta. Ela pode ser conjunta (de massas), ou individual. A sua força só pode ser medida, mediante a disponibilidade dos restantes cidadãos que determinada medida penaliza e o número de participantes que ela conseguir congrega.

As formas de luta também são diversas, dependendo da origem e da caracterização da penalização ou injustiça, assim devemos ponderar a via mais adequada, em função do número de camaradas disponíveis.

Em 29 de Agosto de 2022, transitei para a situação de Reforma, juntamente com um conjunto de camaradas. As datas eram variáveis, conforme D.R. de 27 de Outubro de 2022, Despacho nº 12543/2022, Superintendência do Pessoal, Marinha.

Quando em meados de Setembro de 2022, verifiquei um depósito na minha conta de 125,00 €, fiquei, como se costuma dizer, “com a pulga atrás da orelha”, porque na minha interpretação sobre a matéria que o governo produziu para, segundo o mesmo, mitigar de alguma forma a inflação e o custo de vida do ano corrente, eu não me considerava incluído neste leque de contribuintes, não me encontrava na situação de Reserva, muito menos na de Activo.

Para além desta medida o governo, cria também, com o pressuposto de apoio às medidas à inflação, o Decreto-lei nº 57-C/2022, de 06 de Setembro. Este diploma estabelece o direito a todos os (pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência do sistema de segurança social, bem como os pensionistas por aposentação, reforma e sobrevivência do regime de protecção social convergente, residentes em território nacional), de receberem no mês de Outu-

bro de 2022 um montante adicional correspondente a 50% do valor da pensão.

Aquela coisa do montante adicional ser pago no mês de Outubro, deu à Caixa Geral de Aposentações (CGA), a possibilidade de através do seu poder discricionário, gerir quem de entre os pensionistas ou aposentados, deveria sair atempadamente nas suas listas no D.R. de Outubro, porque, como verificamos através da resposta endereçada, **a opção acima referida foi na prática aplicada.**

A reforçar a minha interpretação e dever de questionar esta instituição, está o facto de que, alguns militares que transitaram para a situação de Reforma no mesmo mês e D.R. que eu, saíram na lista de pensionistas e reformados da CGA no mês de Outubro, receberam e bem, o adicional.

A resposta estava muito aquém do desejado, mas nada surpreendente, vinda de onde veio:

«Exmo. Senhor

Conforme nossa comunicação de 2022-10-17, informamos que o pagamento da pensão constitui encargo do serviço até ao último dia do mês em que for publicada no Diário da República, passando a ser da responsabilidade desta Caixa a partir do dia 1 do mês seguinte ao da publicação.

Mais informamos que a Caixa Geral de Aposentações atribuiu, em outubro de 2022, aos seus pensionistas, um complemento excepcional correspondente a 50% do valor da pensão que receberam naquele mês, no âmbito das medidas excepcionais de apoio às famílias para mitigação dos efeitos da inflação.

Assim, uma vez que, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 4.º do Dec. Lei nº 57-C/2022, de 6-set, o complemento excepcional apenas é devido às pensões em pagamento em outubro, conclui-se que não tem direito ao mesmo».

Não satisfeito com a resposta, voltei a insistir, e volto a receber uma mão cheia de nada!

«Exmo. Senhor

Sobre a matéria versada mantém-se o que já lhe foi transmitido anteriormente, no entendimento de que o seu processo se encontra devidamente tratado no estrito cumprimento da legislação aplicável e de acordo com os elementos nele constantes».

Perante esta posição do quero, posso e mando, as opções em continuar a resistir, não eram muitas.

O contacto que estabeleci com alguns camaradas na mesma situação, alertou-me que a causa para muitos deles não era suficiente a ponto de unir vontades e

direccionar a luta por caminhos mais amplos e mais visíveis.

Mas, desistir nunca foi o meu lema. Uma vez só, pus-me em contacto com alguns camaradas da ANS. Marcou-se um encontro, trocamos impressões, ponderamos caminhos e conjuntamente concluímos, que a melhor via de momento, para continuar a pugnar pelos meus direitos, seria uma exposição à Provedoria de Justiça.

Assim, em Janeiro de 2023, decidi compilar uma série de documentos, com conteúdo fundamentado e endereçar (via CTT, registados e com aviso de recepção), à Senhora Provedora de Justiça, solicitando a sua apreciação e intervenção, se o julgasse necessário.

A partir daqui o processo percorreu os seus trâmites e já em meados de Abril, recebo uma chamada da Provedoria de Justiça, informando-me que, em contacto com a CGA, o adicional da pensão seria pago dia 20 de Abril. Solicitaram ainda, que entrasse em contacto, caso o pagamento não se tenha efectuado.

Coincidência ou não, dia 18, recebo um email da DCOF (Marinha), solicitando-me que informasse se o pagamento deste adicional foi ou não pago pela CGA. Achei interessante esta reacção **tardia e este interesse, após quase seis meses de atraso.**

De facto, em 20 de Abril de 2023, o valor do montante adicional da pensão, foi de facto pago.

Pelo que me foi dado observar, depois de contactar outros camaradas e da leitura do conteúdo do email da DCOF, esta correcção, **iria abranger e bem, todos os pensionistas de 2022.**

Camaradas, não sei, ou por outras palavras, não tenho a certeza, que tenha sido a minha acção a espoletar a **correcção a esta injustiça, mas de uma coisa tenho a certeza, que foi uma vitória, lá isso foi!**

Este desenrolar de acontecimentos, como tantos outros, trazem-me à memória algo tantas vezes dito e escrito que cada vez se torna mais actual:

Quem luta, pode não ganhar! mas,
Quem não luta, já perdeu! ▲

Conferência sobre a Primeira Grande Guerra

ONICCM (Núcleo Impulsionador de Conferências da Cooperativa Militar) no prosseguimento das suas actividades, realizou no dia 23 de Maio de 2023, nas instalações do Museu Militar de Lisboa, uma conferência subordinada ao tema “A PRIMEIRA GRANDE GUERRA - HISTÓRIA - MEMÓRIA- VIVÊNCIAS”.

A convite do referido núcleo, a ANS esteve presente, tendo sido representada pelo Secretário da Direcção, Sargento-Mor José Galvão. ▲





Cartas dos leitores

Abandono das Fileiras - Mais Estudos? Para Quê?

Exma. Sra. Ministra da Defesa Nacional

Chamo-me M. e era militar na Força Aérea Portuguesa até ao dia 5 de Janeiro do corrente ano. Abandonei a vida militar como Sargento Ajudante (SAJ) e com 45 anos de idade.

Decidi escrever-lhe este e-mail, após saber que o seu ministério irá fazer mais um estudo para averiguar as razões de militares como eu abandonarem a carreira militar.

Não vale a pena mais um estudo, será mais um gasto de recursos desnecessário e dinheiro dos contribuintes! Posso dar-lhe o meu exemplo e o de muitas camaradas que abandonaram a carreira. E nós sabemos o que é que predomina entre as fileiras.

Mas para isso, tenho que recuar ao dia 27 de Setembro de 1999, o dia em que fui incorporado no serviço militar obrigatório! Não o queria fazer, mas admito desde então que foi o melhor que um jovem de 21 anos, sem rumo definido na vida, indisciplinado, como eu, poderia ter tido! Foi um abrir dos olhos para a vida! Deu-me disciplina, sentido de honra e serviço à Nação! Desde então, soube que ser militar e servir a Nação seria a minha vida!

Claro que não vivemos somente do ar! O ordenado de um soldado em RV (regime de voluntariado) era o ordenado mínimo (57.500\$). Mas considerando que na unidade, a alimentação e alojamento eram gratuitos, não seria muito mau.

Em dois anos ascendi a 1º Cabo, e recebia 550€, pois foi na transição do escudo para o Euro. Recebia o dobro do ordenado mínimo! A carreira militar provava-se com um futuro brilhante! Bom ordenado, com um curso técnico em electrónica providenciado pela Força Aérea, com um apoio na saúde, gratuito, pois era parte da condição militar, alojamento e alimentação! Nesta altura, os concorrentes à Força Aérea eram muitos! Tínhamos o orgulho de saber que só alguns é que entravam! Mas dava-nos uma responsabilidade também, não poderíamos desiludir a instituição que aposta em nós! E naturalmente, todos nós, Praças, tínhamos como objectivo sermos bons suficientes para podermos ascender na carreira, irmos para o curso de Sargentos e por fim ser um militar de carreira nos quadros permanentes!

Sabíamos bem o quanto de nós era exigido, o esforço físico, académico, as noites de serviço, a falta de privacidade, a responsabilidade no serviço e a disciplina imposta! Sabíamos isso tudo e aceitámos, pois, significaria um futuro brilhante, com regras e disciplina!

Em 2004 entrei para o Curso de Formação de Sargentos (CFS)! Foram 3 anos duros no curso, onde além da exigência académica, a exigência militar era bem maior! Mas todos nós sentíamos um orgulho, pois de entre muitos, conseguimos entrar! Novamente, o futuro avizinhava-se brilhante!

Em 2007 terminei o CFS, e comecei a desempenhar as funções de Sargento! Melhor ordenado, maior responsabilidade e maior exigência!

Fui depois colocado na Esquadra 502, que opera o avião C295. Especializei-me na área de Aviônicos, em 2010.

No entanto, desde 2010, que tenho visto a degradação da condição militar!

Ordenados não subiram durante 13 anos;

Progressão na carreira deixou de ter regras específicas para ser através de um sistema quase político que privilegia alguns militares (aumentando as diferenças entre os próprios), um regulamento de Avaliação injusto e desadequado à realidade militar;

A ADMFA deu lugar à ADM, que piorou muito o serviço e além disso passou a ser paga! ADM para muitos militares foi a prova que a obrigatoriedade de cuidarmos da nossa saúde como imperativo militar, tinha deixado de o ser! Um pior serviço que passa a ser pago? E pior, não dão hipótese de quererem deixar de usufruir! O militar é obrigado a pagar por um serviço de saúde que piorou muito e do qual não tem opção de prescindir! Até os médicos militares começaram a sair!!!

Os alojamentos para todos os Praças e alimentação passou a ser pago! Vê-se os ordenados dos postos mais baixos a serem aumentados, mas não os dos Sargentos nem Oficiais! Deixou de haver incentivo para progressão! No entanto, como o dinheiro é pouco, cada vez mais há confrontos entre camaradas por acesso a missões ou algo que possa incrementar o rendimento no final do mês!

Aumentaram o tempo de acesso à reserva para os 55 anos de idade! Este era talvez o maior incentivo em permanecer no serviço militar para os militares mais velhos! E já se fala em aumentar mais a idade! Agora, já nem isso é atractivo...

Assim, após terminarem com todas, repito, todas as regalias dos militares, pioram em todos os aspectos a condição militar, ordenados estagnados desde há 13 anos com uma péssima progressão na carreira, com as unidades militares degradadas porque não há investimento, com o aumento da idade de acesso à reserva, com os equipamentos militares, sejam aeronaves, navios ou carros de combate completamente degradados porque (outra vez) não há investimento... Devido a isto tudo e por cada vez mais haver Oficiais subservientes, sem terem nem quererem ter o dever de tutela dos seus homens, por isto tudo, há muitos de nós, Sargentos, qualificados, técnicos, especialistas, a saírem do serviço militar!

Sucintamente, explico o meu caso! Não procurei trabalho fora da instituição. Foi uma empresa civil, de outro país que entrou em contacto comigo para vir trabalhar com eles. Se como 1º Cabo recebia aproximadamente o dobro do ordenado mínimo, como SAJ nem ao dobro chegava... Esta empresa, simplesmente ofereceu mais do que o dobro do ordenado actual!!! Com seguros de saúde para mim e família! Com um serviço bem melhor do que a ADM providencia! Saí do país e vim ser instrutor numa empresa fabricante de aeronaves renomeada.

Muito melhor ordenado, saúde para mim e família e com menos responsabilidades que tinha na Força Aérea? Não tive dúvidas! E depois de eu ter saído da FAP, mais 5 camaradas saíram também da mesma esquadra! E outros tantos querem sair! Os mais novos não pensam em ficar durante mais tempo! E não há novos militares para repor, pois a carreira militar tornou-se tão "des atractiva"!

Sinto pena em ter saído, pois adorava o que fazia! Adorava a instituição em que entrei, mas não a instituição actual! Senti-me abandonado e traído pelo Estado, após ter dado 24 anos da minha vida e da minha família!

Espero que após ler isto, possa compreender o quanto foram os militares e suas instituições abandonadas e degradadas! Poupe o dinheiro aos contribuintes, poupe tempo a si mesma, não é necessário estudo algum! São estas as razões, e qualquer militar, que não tenha medo, dirá que assim é!

Boa sorte em reverter a situação, apesar de pensar que já não há volta a dar...

Ex Sargento Ajudante Mecânico de Electrónica
da Força Aérea Portuguesa

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O EXÉRCITO E A FORÇA AÉREA 28 MARÇO 2023

"Decorreu no pretérito dia 28 de março, nas instalações do Comando da Logística do Exército, em Lisboa, a assinatura do Protocolo de cooperação para a utilização das messes do Exército e alojamentos da Força Aérea para fins de turismo e lazer. Este protocolo visa regular a cooperação entre o Exército e a Força Aérea nas áreas do turismo e lazer em que ambos os Ramos têm interesse na disponibilização mútua dos serviços proporcionados pelas Messes do Exército e alojamentos da Força Aérea. O presente protocolo estabelece, os termos de cooperação, entre o Exército e a Força Aérea, alargando as condições de utilização, a aplicar em regime de reciprocidade das Messes do Exército, aos militares da Força Aérea, e dos Alojamentos da Força Aérea para fins de turismo social e lazer, aos militares do Exército, nos termos do Despacho nº 21/2014, de 12 de maio, do CEMFA. O presente protocolo está disponível para consulta dos interessados no sítio da Força Aérea em www.emfa.pt."

(Texto do Serviço de Acção Social da FAP, publicado na pág 58 da revista "Mais Alto", nº 462 de Abril 2023)



“O Semáforo”



Um jovem, filho de um Sargento, aborda este sobre a possível intenção de seguir a mesma carreira profissional:

Filho: - Pai, vou seguir a vida militar como tu!

Sargento: - Filho, fico muito emocionado com a tua escolha, mas tenho que perguntar-te se é mesmo este o caminho que queres seguir?

Filho: - Pai, tentei perceber o que é isto da vocação, e fiz o meu estudo. Olha, nos dicionários encontramos que “**Vocação**” «é a inclinação que se sente para alguma coisa», que em latim é «*vocare*» e significa «*chamar*». Pai, este chamamento é uma habilidade que me faz sonhar.

Sargento: - Filho, estamos parados no semáforo, não há trânsito, vamos trocar ideias e usá-lo para refletires e decidires o teu caminho. Sabes rapaz, a vocação profissional precisa de influências positivas para realizarmos as nossas escolhas, e tomarmos as decisões mais assertivas. O semáforo está laranja e vou aproveitar para falar num factor que acho essencial avaliáres, a remuneração. E agora, avanças ou aguardas pelo vermelho e esperas que mude para verde?

Filho: - Pai, o semáforo muda rápido, são uns meros segundos, mas vamos colocar o mecanismo em intermitente e refletir, até porque, há dias, o Ministério da Defesa Nacional disponibilizou um documento que se intitula «*Plano para a Profissionalização do Serviço Militar*», e dei uma vista de olhos. Gostei daquela frase na mensagem da Sra. Ministra da Defesa Nacional - «*As pessoas são o pilar central da Defesa Nacional*», mas depois continuei, continuei, e aquilo são só papos bonitos! Contudo, sei o que tem sido a tua luta para me proporcionares a melhor educação possível, e como sei que o leste também, quero ouvir a tua análise ao mesmo.

Sargento: - É mesmo filho, esse documento como refere a ANS não é original, é o anterior, só que como tu dizes, com papos mais bonitinhos descrevendo as mesmas propostas ou reforçando a sua intenção.

Filho: - Estão sempre a insistir em “**Recrutar, Reter e Reintegrar**”, estão mesmo desesperados com falta de jovens, não é?

Sargento: - Estás atento rapaz!

Filho: - Estou é confuso porque com as minhas habilitações literárias posso ingressar como Sargento, mas o documento está mais inclinado para os Praças, e quanto ao factor renumeração que falaste há pouco só refere a base, esclarece-me lá isso!

Sargento: - Vamos avaliar situações lá mencionadas que excluem os jovens que queiram servir na categoria de Sargentos. Olha, actualmente a prestação de serviço no Regime de Contrato Especial (RCE), que permite contratos até 18 anos é para a ca-

tegoria de Praças, o que permite **Reter** os jovens mais tempo. Logo prestar serviço como Sargento poderá ser desvantajoso porque em termos de durabilidade é mais curto, são só 6 anos, ou seja, é usar e deitar fora! Talvez eles tenham como objectivo forçar-vos a concorrer à categoria de Praças independentemente da vossa escolaridade, logo uma opção mais rentável à tutela.

Filho: - Que espertos! Pai, falam lá em formação e competências certificadas nacionais e internacionais, mas eu já tenho o 12º ano, é uma política também só para quem tem menos habilitações, ou é alguma cereja no topo do bolo?

Sargento: - Há, há, há...*risos*...sabes que o Pai tem feito aqueles cursos de promoção de carreira e os outros necessários para o desempenho das suas funções, mas quanto a reconhecimento, certificação, competências profissionais, equivalências, não é cereja no topo do bolo, é bolo sem fermento!

Filho: - Aí, aí, aí...mas lá os que decidem querem nos iludir com propaganda fantástica? Eles ainda não perceberam que nós jovens raciocinamos, aconselhamo-nos como estou a fazer agora com o Pai? Agora já percebi aquela cena à volta da **Retenção**, os jovens experimentam, sentem-se traídos e procuram outra profissão.

Sargento: - Já passaram alguns segundos, vem lá um carro ao fundo e o semáforo vai precisar de funcionar e tu jovem condutor tens que decidir.

Filho: - Tens razão Pai! Olha, eu consultei a tabela remuneratória das Forças Armadas, e o estabelecimento comercial aqui ao lado oferece melhor vencimento, e assim não tenho necessidade que me ajudes nas despesas com o carro.

Sargento: - O Pai está aqui para te ajudar, mas já sabes se fores para a tropa não vais ficar num hotel 5 estrelas, o que comprovaste quando foste ao Dia da Defesa Nacional e tentaram mostrar-te a irrealidade das condições. Como está a decisão, para a vocação ou para o estabelecimento comercial aqui ao lado?

Filho: - Estou indeciso e o semáforo continua intermitente. Se eu depois ingressasse no Quadro Permanente como o Pai, iria passar pelos mesmos problemas, não é?

Sargento: - Opa, até semáforo reagiu, mas já está novamente intermitente. Filho, como sabes o vencimento não é aliciante, a progressão nos vários postos da categoria é uma incógnita, as qualificações académicas que oferecem na formação são para rir, e ao longo da carreira parece que não há aprendizagem certificada. Esta é a pura realidade dos Sargentos das Forças Armadas.

Filho: - Pai, temos que ir, e eu vou tomar a minha decisão.

Sargento: - Tens o meu total apoio na tua escolha filho.

Filho: - Pai vou optar pela não vocação, e tu semáforo dá-me a cor verde porque aqui na cor vermelha das Forças Armadas o aviso, alarme e perigo é eminente, logo a vocação ficou daltónica! ▲

A interligação entre as alterações climáticas e o sector militar

De acordo com a Terceira Lei de Newton, “*para cada acção existe uma reacção igual, mas oposta*”, uma reacção que também pode ser aplicável à forma como as Forças Armadas interagem com as alterações climáticas e vice-versa.

Em primeiro lugar, é importante notar que o sector militar é um grande emissor de gases com efeito de estufa e está fortemente dependente dos combustíveis fósseis, o que tem um impacto negativo nas alterações climáticas.

Em segundo lugar, o pessoal militar enfrenta dificuldades operacionais devido às alterações climáticas: desde ondas de calor extremas no Afeganistão ou no Mali até ambientes extremamente frios no Ártico. Além disso, as forças armadas europeias são frequentemente chamadas a lidar com catástrofes ambientais, como inundações na Europa Ocidental e incêndios no Sul da Europa.

Mais concretamente, o sector militar deve avançar na implementação de políticas sustentáveis para reduzir as suas emissões e, ao mesmo tempo, aumentar a eficácia operacional. A redução da dependência dos combustíveis fósseis foi considerada essencial e um primeiro passo é a utilização mais alargada de veículos eléctricos pelo sector militar, enquanto o equipamento adequado e a formação especializada proporcionarão ao pessoal militar meios significativos para responder a esses desafios.

As alterações climáticas foram reconhecidas como um multiplicador de ameaças, tanto na UE como na NATO; as Orientações Estratégicas apelam a que as missões e operações militares da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) tenham em conta as questões ambientais, enquanto o Conceito Estratégico procura que a NATO se torne uma organização neutra em termos de clima, considerações que são também evidentes na terceira declaração conjunta UE-NATO.

No entanto, são necessárias mais acções, especialmente tendo em conta que a UE está empenhada em tornar-se neutra em termos de clima até 2050. Para o conseguir, são necessárias muitas mudanças nas forças armadas europeias. Instrumentos da UE como o Fundo Europeu de Defesa, que tem uma categoria específica para a energia e o clima, e iniciativas da Agência Europeia de Defesa, como o fórum de consulta para a energia sustentável no sector da defesa e da segurança e a economia circular na defesa, contribuem significativamente para tornar as forças armadas mais eficientes do ponto de vista energético.

A EUROMIL, por seu lado, defende a promoção de práticas sustentáveis no sector militar, a formação adequada das tropas e a total compreensão de que o sector da defesa pode contribuir significativamente para a luta contra as alterações climáticas. Por essa razão, a EUROMIL tornou-se parte do Pacto Climático da UE para promover a participação activa do pessoal militar na introdução de práticas sustentáveis nas forças armadas.



Tendo em conta as acções tomadas pelo Parlamento Europeu sobre o tema, o relatório anual da PCSD sublinha a necessidade de ter em conta as alterações climáticas no planeamento e na execução das missões e operações desta PCSD, ao mesmo tempo que apela aos Estados-Membros para que se concentrem nas necessidades do pessoal militar e lhes proporcionem formação especializada para poderem lidar com ameaças e desafios emergentes como as alterações climáticas.

Para continuar, as Orientações Estratégicas também apelam à plena implementação do Roteiro da UE para as Alterações Climáticas e a Defesa até ao final de 2023, pelo que os Estados-Membros devem avançar para a sua implementação.

A este respeito, o Parlamento Europeu deve assegurar a aplicação atempada das disposições previstas nas Orientações Estratégicas e no Roteiro das Alterações Climáticas e da Defesa para que as Forças Armadas Europeias avancem no sentido da eficiência energética e - ao mesmo tempo - aumentem as suas capacidades e eficiência.

Para dar alguns exemplos, é mais do que tempo de destacar conselheiros em matéria de alterações climáticas para as missões e operações da PCSD, aumentando simultaneamente a formação do pessoal militar nesta matéria. Por último, tornou-se evidente que a transição para a neutralidade climática só pode acontecer através da cooperação com a indústria; a eficiência energética também nas forças armadas anda de mãos dadas com a inovação e a tecnologia, uma vez que as ameaças colocadas pelas alterações climáticas alteram os requisitos operacionais das Forças Armadas.

Outro aspecto que tem sido frequentemente pouco debatido é o papel que as forças de reserva podem desempenhar na luta contra os riscos ambientais. O aumento da capacidade da reserva na Europa, através de formação especializada e de equipamento adequado, poderia criar forças com os conhecimentos necessários para fazer face a esses desafios e prestar a assistência humanitária necessária, quando necessário.

Globalmente, os Estados-Membros, ao abrigo das orientações da UE, devem mostrar a vontade política necessária para avançar para a sustentabilidade no sector militar e, assim, investir na defesa ecológica. A maioria dos Estados-Membros da UE anunciou um aumento inédito das suas despesas com a defesa - tendo em conta a subutilização das verbas durante mais de uma década na Europa - e as alterações climáticas devem estar no centro das mesmas. ▲



Cidadãos e Trabalhadores em Uniforme

A EUROMIL, enquanto Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares, visa, antes de mais, o respeito e a aplicação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nas e pelas Forças Armadas Europeias.

A consideração essencial é que um militar deve ser tratado como um **“cidadão e trabalhador em uniforme”** com os mesmos direitos e obrigações que os seus concidadãos. No entanto, tendo em conta a função dos militares e o papel que podem ter que desempenhar, as restrições aos seus direitos só devem ser permitidas em situações comprovadamente de excepção.



Contudo, em termos práticos, o direito de associação dos militares por toda a Europa tem tido uma situação peculiar, dependendo das particularidades de cada país.

Para dar alguns exemplos, na Holanda uma associação militar foi fundada já em 1898, e várias décadas depois tornou-se um sindicato. Na Bélgica, os primeiros sinais de uma associação militar podem ser encontrados no final do Século XIX. No entanto, uma base legal para transformar essas associações em sindicatos só foi decidida em 1978 e levou quase 17 anos para executar essa legislação. Olhando para a parte setentrional da Europa, vemos que todos eles – Noruega, Suécia, Dinamarca e Finlândia – concedem plenos direitos sindicais aos seus militares. Outro exemplo é a República da Irlanda, onde o direito de associação foi negado aos militares até 1992 e levou, nessa altura, a uma luta de dois anos com os políticos e a liderança militar. Existem

situações comparáveis, por exemplo, em França, Portugal, Espanha, Itália, Chipre e Grécia, onde os militares podem aderir a associações profissionais, mas os direitos sindicais, a negociação colectiva ou a adesão a federações sindicais podem não ser permitidos. Noutros casos, como na Bulgária ou na Polónia, as associações militares podem ser aceites, mas têm competências limitadas.

Finalmente, o direito de associação nas Forças Armadas alemãs é bastante singular. A Associação das Forças Armadas Alemãs – a Deutscher Bundeswehr-Verband ou DBwV – foi fundada em 1956. Construída sobre as bases das novas forças armadas alemãs do pós-guerra, nas quais a conduta democrática e princípios como o “cidadão em uniforme” eram aplicados, esta nova associação tornou-se familiar no seio das forças armadas alemãs. O facto de a DBwV ser vista como o único parceiro representativo dos militares alemães, mas, por outro lado, não fazer parte de uma federação sindical, cria, por vezes, situações complicadas no relacionamento entre diversas instituições representativas.

De um modo geral, todos os trabalhadores e, portanto, também os cidadãos e trabalhadores em uniforme, precisam que as associações e, preferencialmente, os sindicatos procurem melhorar as suas condições de emprego, melhorar a sua situação jurídica, o salário, a formação, o planeamento e desenvolvimento da carreira, a habitabilidade, os cuidados médicos e psicossociais, etc.

A nível europeu, na última década e, em especial, hoje, registaram-se muitos desenvolvimentos relativos ao futuro da Defesa Europeia. Assim, tornou-se evidente que uma forte representação militar por meio de associações ou sindicatos é necessária para organizar o impacto social de tais convulsões. O aumento das despesas com a defesa, os projectos comuns de defesa da UE como a Cooperação Estruturada Permanente (CEP), a adopção da Bússola Estratégica e a criação de uma Capacidade de Destacamento Rápido (CDR) são apenas al-



guns exemplos de uma situação em mudança nas Forças Armadas Europeias.

A este respeito, é importante notar que o Parlamento Europeu, no seu relatório anual de 2022 sobre a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), apela, entre outros, à protecção dos direitos sociais dos militares que treinam e trabalham em conjunto no âmbito de um quadro da UE.

Da mesma forma, o Parlamento Europeu também adoptou, em Abril de 2023, uma resolução intitulada *“Capacidade de destacamento rápido da UE, agrupamentos táticos da UE e artigo 44.º do TUE: o caminho a seguir”*, e inclui uma secção sobre género, direitos sociais e direitos dos trabalhadores, em que sublinha que a CDR da UE *“será composta por forças que treinarão e trabalharão em conjunto e que, enquanto estiverem sob comando da UE, as tropas afectas à CDR da UE devem gozar de direitos laborais e sociais iguais”*.

Por isso, a EUROMIL apela às instituições europeias para que tenham em consideração que os direitos humanos nas Forças Armadas têm de ser correcta e plenamente implementados e não se deve esquecer que os militares são cidadãos e trabalhadores em uniforme com os mesmos direitos e liberdades que os seus concidadãos. É igualmente importante que o Parlamento Europeu continue a defender um ambiente de trabalho mais justo para o pessoal militar e se certifique de que os Estados-Membros estão suficientemente dispostos a fazê-lo. Desta forma, a Europa pode tornar-se socialmente mais inclusiva, também para os membros das Forças Armadas. ▲

Itália - Sindicatos militares reúnem-se com o Ministro da Defesa

Cerca de uma semana e meia depois do evento realizado em Roma com sindicatos e associações profissionais de militares e das forças de segurança italianos, que abriu os trabalhos da 127ª Assembleia Geral da EUROMIL, em 27 e 28 de Abril, o Ministro da Defesa italiano reuniu-se com os Sindicatos Profissionais Militares no passado dia 8 de Maio.

A reunião contou, entre outros, com representantes do Nuovo Sindacato Carabinieri (NSC), nomeadamente, os seus Secretário-Geral Massimiliano Zetti e Secretário-Geral Adjunto Roberto Di Stefano.

Após o encontro, Massimiliano Zetti informou que o Ministro Crosetto concordou com a necessidade de se avançar para uma prática sindical mais completa e declarou que, a partir de 31 de Dezembro de 2023, a filiação será aferida e, a partir de 1 de Janeiro de 2024, terá início a verdadeira relação laboral, sujeita à promulgação do regulamento de apli-



cação da lei e dos necessários decretos. Outra decisão importante que o Ministro assumiu publicamente diz respeito à utilização imediata do mecanismo da licença extraordinária para os dirigentes sindicais, que até agora viam-se obrigados a gozar dias de férias e descansos semanais para exercerem actividades sindicais. Zetti afirmou ainda que o NSC acompanhará o cumprimento das pro-

messas feitas.

Por sua vez, Roberto Di Stefano afirmou que o Ministro prestou muita atenção às preocupações dos sindicatos militares e comprometeu-se a agilizar e facilitar as relações sindicais. Reforçou a ideia de que o cálculo da representatividade será efectuado até ao final deste ano e será rapidamente emitida uma directiva para converter a licença especial

para actividades sindicais para que os dirigentes sindicais não tenham de recorrer a licenças pessoais e de descanso, como acontecia até agora.

Além destes aspectos, o Ministro Crosetto anunciou ainda que a fase de negociação dos contratos será alargada para permitir a participação das organizações sindicais nas mesas negociais. Di Stefano conclui que estes compromissos sérios e específicos demonstram uma atenção elevada e contínua às necessidades dos trabalhadores militares. Os sindicatos vão agora concentrar-se na defesa de alterações à lei, resolvendo pontos contraditórios e procurando obter a mesma dignidade e igualdade de oportunidades de que gozam os seus homólogos da Polícia do Estado e de outras forças policiais civis.

No geral, a reunião entre os sindicatos militares e o Ministro da Defesa foi considerada positiva, com promessas e aberturas importantes. ▲



ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

Na sequência da Tomada de Posse dos Órgãos Sociais que estão a conduzir os destinos no biénio 2023/2024, foram solicitadas diversas audiências para apresentação e abordagem de questões do âmbito socioprofissional. Algumas entidades responderam e já foram agendadas e realizadas reuniões e audiências. De outras apenas houve silêncio. Mas como não somos gente de desistir, havendo ou não audiências, continuaremos a lutar por melhores condições.

Da intensa actividade para enfrentar todas as adversidades, mas, ao mesmo tempo, procurar melhorar as condições de vida e de trabalho dos Sargentos e suas famílias, apresentamos um breve resumo:



29MAR – Audiência na Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.Galvão e L.Bugalhão;

30MAR – Vigília promovida pelo SEP, em frente ao HFAR, no Lumiar. Solidariedade da ANS com uma delegação composta por J.Galvão, L.Bugalhão e V.M.Alves;



31MAR – Audiência com o Almirante CEMA. Delegação da ANS composta por L.Coelho, R.Graça, A.Almeida, J.Galvão e L.Bugalhão;

01ABR – Cerimónia do Dia do Combatente, no Mosteiro da Batalha. ANS representada por V.M.Alves;



03ABR – Audiência com o Conselho Directivo do IASFA. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.Galvão e V.M.Alves;

05ABR – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, presencial, na sede e via vídeo;

11ABR – Conferência promovida pelo GREI no CCB, em Belém. ANS representada por L.Coelho;

13ABR – Audiência conjunta das três APM na Casa Militar da Presidência da República. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

17ABR – Assembleia-Geral, na sede da ANS, para Apresentação de Contas 2022 e Plano e Orçamento 2023;



19ABR – Entrevista com Bruno Amaral de Carvalho para o jornal da "Voz do Operário";

19ABR – Apresentação do PAPSM pela MDN, no IDN. ANS representada por L.Bugalhão;

19ABR – Reunião das três APM e ASMIR, com o SEDN, no ministério da Defesa Nacional, para apresentação do QP-Praças EXE e FAP. ANS representada por L.Coelho;

20ABR – Reunião entre dirigentes das três APM, preparatória para a Conferência a realizar no cinema S. Jorge. ANS representada por L.Coelho;

21ABR – Entrevista no programa "Isto é o Povo a Falar", da TV Kuriakos, em Loures. ANS representada por L.Coelho;



21ABR – Cerimónia/Debate promovida pela ASPP/PSP relativa ao 34º aniversário do episódio "Secos e Molhados". ANS representada por L.Coelho e V.M.Alves;



21ABR – Cerimónia comemorativa do 49º aniversário do 25 de Abril, promovida pela ACR, na Casa do Alentejo, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e A.Martins;

22ABR – Almoço comemorativo do 49º aniversário do 25 de Abril, nas instalações da CM Seixal, promovido e organizado pelos Clubes e Associações Profissionais de Militares, com o apoio da CMSeixal;



25ABR – Debate promovido pela ASPP/PSP, na sua sede social em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e M.C.Dias;

25ABR – Manifestação comemorativa do 49º aniversário do 25 de Abril, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, com a participação de delegações das três APM;



26 a 28ABR – Debate sobre o sindicalismo militar e realização da 127ª Assembleia Geral da EUROMIL, em Roma, Itália. ANS representada por L.Coelho e R.Graça;



03MAI – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, presencial, na sede e via vídeo;

07MAI – Cerimónia alusiva ao 39º aniversário da Delegação nº 1 do CSA, no Feijó. ANS representada por V.M.Alves;



10MAI – Reunião, via vídeo, entre dirigentes das três APM, preparatória para a Conferência a realizar no cinema S. Jorge. ANS representada por L.Coelho;

10MAI – Antigos dirigentes do extinto Clube de Sargentos da Força Aérea presentes na sede da ANS para fazerem a oferta de espólio histórico daquele clube. ANS representada por L.Coelho, J.Pereira, J.Galvão e V.M.Alves;

11MAI – Reunião vídeo com dirigentes da ANS do ramo Exército, preparatória da audiência com o CEME;



12MAI – Funeral do Sargento Hugo Vilar, em Vale de Cambra. ANS representada por V.M.Alves;



16MAI – Reunião com Sargentos da FAP, em Alenquer. ANS representada por L.Coelho;

17MAI – Cerimónia alusiva ao 49º aniversário da ADFA, na sua sede social, em Lisboa. ANS representada por V.M.Alves;



17MAI – Audiência com a MDN, no ministério da Defesa Nacional, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, C.Colaço, R.Graça e J.L.Silva;

21MAI – Cerimónia militar e almoço oficial alusivos ao Dia da Marinha, no Porto. ANS representada por R.Santos;

23MAI – Debate/Conferência promovido pelo NICCM, no Museu Militar, em Lisboa. ANS representada por J.Galvão;

24MAI – Conferência "Portugal e as suas Forças Armadas – Qual o papel das Forças Armadas na sociedade portuguesa", promovida e organizada pelas três APM, no cinema S. Jorge, em Lisboa;





26MAI – Reunião com Sargentos do Exército, na sede social, no Lumiar. ANS representada por L.Coelho;

27MAI – Apresentação do livro “Operação Platina”, de Hélder Neto, na Delegação nº 1 do CSA, no Feijó. Abertura e encerramento dos trabalhos por J.Fernandes, presidente do CSA e apresentação da obra por L.Coelho;



29MAI – Cerimónia alusiva ao “Dia das Operações de Paz e Humanitárias”, promovida pela Liga dos Combatentes, junto ao Forte do Bom Sucesso, em Belém. ANS representada por L.Coelho;

31MAI – Audiência com o General CEME. Delegação da ANS composta por L.Coelho, C.Colaço, J.Galvão, J.Torres, M.C.Dias e L.Bugalhão;

31MAI – Debate presencial e vídeo, promovido pela APJD, na Faculdade de Direito, em Lisboa e no Museu Militar, no Funchal. ANS representada por L.Coelho;

01JUN – Cerimónia alusiva ao 91º aniversário da fundação da APE, na sua sede, em Lisboa. ANS representada por L.Bugalhão;

02JUN – Reunião, via vídeo, entre dirigentes das três APM, de balanço sobre a Conferência realizada no cinema S. Jorge. ANS representada por L.Coelho;

05JUN – Reunião com Sargentos da FAP, na sede social, no Lumiar. ANS representada por L.Coelho;

06JUN – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, presencial, na sede e via vídeo;

07 a 09JUN – Reunião da EUROMIL e Debate no Parlamento Europeu, em Bruxelas, Bélgica. ANS representada por L.Coelho;

10JUN – Cerimónias do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, no Peso da Régua. ANS representada por J.P.Leitão;

10JUN – Cerimónias de Homenagem aos Antigos Combatentes, junto ao Forte do Bom Sucesso, em Belém. ANS representada por J.L.Silva;



30JUN – Reunião com o Director do CAS-Oeiras. ANS representada por L.Coelho;

01JUL – Cerimónia militar e almoço oficial alusivos ao 71º aniversário da FAP, em Bragança. ANS representada por J.Mata;



01JUL – Reunião em Lisboa, na sede do CDEC, do grupo promotor do “Manifesto: Cumprir e Fazer Cumprir a Constituição”. ANS representada por L.Coelho.

À hora do fecho desta edição, estão a decorrer diversos trabalhos preparatórios não só de uma futura “Conferência de Delegados”, mas também sobre matérias tão diversas como o regime remuneratório, o Estatuto, o reiterado atraso nas promoções, a desigualdade de tratamento dado aos alunos dos diferentes Cursos de Formação de Sargentos, as deficiências na assistência à saúde e o injusto pagamento de 14 meses para a ADM, a falta de recrutamento, de retenção e de -atractividade para servir nas Forças Armadas, a necessidade de ter uma maior capacidade de representação jurídica dos associados e de poder negociar colectivamente em sede de diálogo social, com vínculos, enfim, uma “folha de obra” extensa e exigente que nos faz perceber a importância da existência da ANS e a necessidade do seu reforço! ▲

14JUN – Reunião/Debate promovidos pelas ANS, na sede social em Lisboa, sobre “Despacho de Indemnizações”;

20JUN – Concentração/Manifestação promovida pela Frente Comum, em frente à sede da ADSE, em Lisboa. Solidariedade das três APM. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.Galvão, L.Bugalhão e V.M.Alves;



21JUN – Sessão Evocativa do 34º aniversário da ANS, na sede social, no Lumiar;

28JUN – Debate organizado e promovido pela APG-GNR, sobre “O Direito ao Sindicalismo nas Forças de Segurança e nas Forças Armadas – Que Passos para o Futuro”, na Fundação D. Pedro IV, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho, J.Galvão e V.M.Alves;



Dia das Operações de Paz e Humanitárias



Na manhã de 29 de Maio teve lugar a cerimónia evocativa do “Dia das Operações de Paz e Humanitárias”, promovida pela Liga dos Combatentes, junto ao Forte do Bom Sucesso, em Belém, Lisboa. Respondendo ao convite da Liga dos Combatentes, a ANS esteve representada pelo Presidente da Direcção, Sargento-Mor António Lima Coelho.

Depois das alocações do Presidente da Liga dos Combatentes e de um Oficial General da GNR, usou da palavra o Secretário de Estado da Defesa Nacional, que presidiu à cerimónia.

As forças em parada constituídas por cinco pelotões (Marinha, Exército, Força Aérea, GNR e PSP) desfilaram ao som da Banda do Exército, a que se seguiu um momento de grande significado, acompanhado pela Fanfara do Exército, homenageando os mortos ao serviço da Paz, decorrendo posteriormente a deposição de coroas de flores.

Nos tempos conturbados que vivemos, nunca é demais honrar aqueles que estão ao serviço da Paz, mesmo quando não são devidamente valorizados e reconhecidos por quem, por maioria de razão, o deveria fazer, e que não apenas em discursos de circunstância.

Os cidadãos militares e os cidadãos das forças e serviços de segurança estão sempre presentes! Merecem o reconhecimento e a devida valorização! ▲





Protocolos ANS - Para associados e familiares da ANS

A ANS na tentativa de criar um leque cada vez mais vasto de vantagens para os seus sócios, tem vindo a estabelecer um conjunto de protocolos com diversas empresas, na área da aquisição de serviços e produtos, em condições de desconto mais ou menos significativo. A lista pode ser enriquecida se os pró-

prios sócios propuserem novos protocolos, mesmo que locais, que a ANS apreciará e estabelecerá, caso sejam considerados vantajosos.

Muito embora a ANS não tenha qualquer responsabilidade em caso de incumprimento de um protocolo por parte de uma dada empresa, agradecemos

informação dos camaradas se for o caso, para tomarmos uma decisão adequada.

Para obteres mais informações, consulta a nossa página Web em www.ans.pt

ou no Facebook

em www.facebook.com/ANSsargentos

NACIONAIS:

- CRUZ VERMELHA PORTUGUESA
- GLASSDRIVE
- INSTITUTO QUINTINO AIRES
- EMARA TRAVEL
- CLÍNICAS LEVITATE
- INSTITUTO DE MEDICINA TRADICIONAL
- FITOCLINIC
- FITNESS HUT

ZONA CENTRO:

- CENTRO MÉDICO DE COIMBRA
- CLÍNICA DE FISIOTERAPIA CEMEFI
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTINHOS E DENTES
- ÓPTICA DA MALVEIRA
- VALLE DOS REIS – RESIDÊNCIAS SÉNIOR ASSISTIDAS
- GENÉRICO AUTO - COMÉRCIO DE PEÇAS, LDA
- FERNANDÓPTICA, LDA

ZONA SUL:

- FARMÁCIAS PROGRESSO (www.farmaciasprogresso.pt)
- FARMÁCIA IMPERIAL - LISBOA
- GABINETE DE PSICOLOGIA MESTRE FRANCISCO



PEREIRA

- AGÊNCIA FUNERÁRIA ETERNA TRINDADE
- RESIDÊNCIAS ASSISTIDAS PORTO SALUS
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTISAÚDE
- HOME INSTEAD – APOIO DOMICILIÁRIO
- CLÍNICA VIDAMED
- FARMÁCIA EUSIL
- ÓPTICA BERNA
- CLÍNICA O MEU MÉDICO
- CLÍNICA PELVICLINIC
- CLÍNICA MÉDICA E DENTÁRIA LUBIDENTE
- MÉDICO SOBRE RODAS
- SOS PET CLINICA VETERINÁRIA
- MONTICORPO
- DRAGONFLY
- FAZ UM "LIKE" NA NOSSA PÁGINA DO FACEBOOK EM WWW.FACEBOOK.COM/ANSsargentos
- CONSULTA TAMBÉM WWW.ANS.PT
- A TUA ASSOCIAÇÃO MAIS PERTO DE TI.
- ACTUALIZA OS TEUS DADOS PESSOAIS (MORADA, NIB PARA DESCONTO DAS QUOTAS, EMAIL, TELEMOVEL, POSTO, UNIDADE, ETC.) ENVIANDO UM EMAIL PARA CONTACTO@ANS.PT

Associação Nacional de Sargentos

Uma organização ao serviço dos Sargentos de Portugal

A Associação Nacional de Sargentos foi criada no I Encontro Nacional de Sargentos, realizado em Sacavém, a 1 de Abril de 1989, com a presença de cerca de 4500 Sargentos.

A ANS insere-se num movimento global que pugna activamente pela dignificação dos militares em geral, na sua condição de "Cidadãos em Uniforme", e dos Sargentos em particular, enquanto parte integrante da Nação.

Foi pioneira no associativismo militar no período pós 25 de Abril de 1974, desde logo lutando pela obtenção de um Estatuto profissional para TODOS os militares, o que foi uma realidade a partir de 1990, com a publicação do EMFAR.

Fundamental foi o combate contra o "espartilho" criado pelo Artigo 31º da lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, de 1982, alcançando a sua alteração com a publicação da Lei do Associativismo Profissional dos Militares, em 2001, após 19 anos de intensa e imaginativa luta.

Desde 1993 que a ANS é membro de pleno direito da EUROMIL – Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares, sendo muito activa e participativa no movimento associativo e sindical militar europeu.

Uma associação, como qualquer organização ou instituição, não se faz sem o factor humano, sem a sua massa associativa, razão de ser e força dos seus combates!

E uma associação é tão mais forte quanto mais alargado for o universo efectivamente representado.

A ANS veio a constituir-se na voz que os Sargentos não tinham!

Reforcemos essa voz, dando-lhe cada vez mais força!

“Associa-te!

Vem dar mais força

**à força dos Sargentos
de Portugal”!**

